



# Anais da Assembleia

N.º 56

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 82ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Dácio Leonel e Fabiano Braga Cortes.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Domício Scaramella, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Hélio Manfrinato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 23/76, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Indianópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar de Indianópolis, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Domício Scaramella, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Deferido. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os nºs 64/76, 55/76 e 54/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

135/75 — Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, terreno de sua propriedade, o qual convertido em lei tomou o número 6780. — **Agradeça-se.**

146/75 — Do Senhor Deputado Wilson Fortes, declarando de utilidade pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 6778. — **Agradeça-se.**

36/75 — Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 6777. — **Agradeça-se.**

Sob os nºs 67/76, 68/76, 69/76 e 70/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO os Projetos de Lei nºs:

72/75 — Do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a Estrada de Rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à Cidade de Cascavel. — À Comissão de Constituição e Justiça.

**104/75** — Do Senhor Deputado Accioly Neto, o qual dispõe sobre a produtividade dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito — DE-TRAN — do Paraná e dá outras providências. — À CCJ.

**290/75** — Do Senhor Deputado Maurício Fruet, o qual estadualiza a Estrada que Liga Cerro Azul à Sengés, via Vila do Varzeão. — À CCJ.

**62/75** — Do Senhor Deputado Muggiati Filho, que dispõe sobre número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. — À CCJ.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 32/76, que cria a CIRETRAN no município da Lapa.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido Plenário, seja concedida dispensa de publicação de Redação Final para o Projeto de Lei nº 39/76, que declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, Presidente da Comissão de Finanças, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário desta Casa, requer seja restaurado o Projeto de Lei 65/75, tendo em vista que o mesmo foi extraviado.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Foi aprovado, em reunião de ontem da Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, parecer favorável ao Projeto de Lei Federal nº 1109, de 1975, de autoria do representante paranaense Gamaliel Bueno Galvão, cujo projeto dispõe sobre o pagamento do 13º salário aos servidores civis e militares em geral, inclusive aposentados, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e dá outras providências.

Uma vez aprovada e sancionada, as normas de tal lei terão aplicação nos Estados-Membros, na medida em que as respectivas legislações estaduais dispuserem a respeito.

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, a União Nacional dos Servidores Públicos e a quase totalidade das Assembléias Legislativas Estaduais já se manifestaram a respeito, e no sentido de integral apoio ao citado projeto de lei.

Em razão do exposto, ouvido o Plenário, requer um voto de aplauso pelo êxito que vem obtendo em sua tramitação, o mencionado projeto de lei, comunicando-se essa manifestação da Casa, desde que aprovada, por "telex" à Câmara dos Deputados e ao brilhante autor da matéria.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, o envio de expedientes ao Senhor Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura e, à Confederação Brasileira de Desportos, ENCARCENDO A NECESSIDADE DE SE ESTABELECE CRITÉRIO DE RESPEITO E JUSTIÇA PARA COM O POVO PARANAENSE, determinando a participação já no próximo Campeonato Nacional, de 5 (cinco) clubes de futebol do nosso Estado, representados por três times da Capital: CORITIBA, ATLÉTICO e COLORADO, mais 2 (dois) times do interior: GRÊMIO MARINGÁ e LONDRINA.

As justificativas que amparam essa medida, Senhor Presidente e nobres Pares, são irrefutáveis e vão muito além das expectativas. Melhor do que todos, o paranaense Ney Braga conhece as potencialidades, características, costumes e anseios do Paraná e dos paranaenses; e porisso mesmo, haverá de compreender esta pretensão justa e legítima, que não tem o mínimo descabimento. Assim sendo, o Senhor Ministro da Educação e Cultura, fará cumprir o bom senso, exigindo o que o Paraná pretende.

Já é praticamente do conhecimento público, que o Campeonato Nacional, terá neste ano a participação de 58 (cinquenta e oito), com o acréscimo de mais dezesseis times. Se a escolha dos clubes for efetuada criteriosamente, com normas absolutamente corretas, a CBD decidirá por deferir esta reivindicação.

O PARANÁ é o terceiro Estado da Federação, com economia extraordinariamente ascendente e o aumento populacional é dos maiores. Atualmente a população e sua faixa de poder aquisitivo mais acentuado está concentrada em dois polos principais:

1º) — A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, que engloba em termos estimativos: 1 milhão e 500 mil habitantes, fora a sua área de influência, que atinge números bastantes sugestivos.

2º) — A REGIÃO NORTE PARANAENSE, distante 400 (quatrocentos) quilômetros de Curitiba. As peculiaridades do Norte do Estado são distintas: O eixo de 120 (cento e vinte) quilômetros que liga MARINGÁ-LONDRINA, tem em seu trecho 10 (dez) cidades que formam a segunda região metropolitana do Paraná, cuja concentração populacional urbana é fantástica. Em termos esportivos já está comprovado de que MARINGÁ e LONDRINA possuem públicos distintos.

MARINGÁ: 220 mil habitantes somente em seus limites urbanos, polariza e influência uma região concentrada num raio de 100 quilômetros, abrangendo 92 municípios, com população na ordem de 2 milhões e trezentas mil pessoas, segundo dados do IBGE. Possui o MARINGÃO, estádio de futebol em conclusão, e que, já comporta com segurança e conforto 55 (cinquenta e cinco) MIL espectadores. É o MARINGÃO o detentor da maior renda em jogos de futebol no Estado: Cr\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros). No campeonato paranaense, o GRÊMIO MARINGÁ é o quarto colocado no setor de arrecadações, abaixo apenas do Londrina, Coritiba e Atlético Paranaense. Poderia ser o primeiro, se o time estivesse melhor posicionamento na tábua de classificação. Está em oitavo lugar por pontos ganhos.

LONDRINA: 320 mil habitantes na cidade. Centraliza e influência uma região agrupada em pequenas distâncias, somando cerca de 58 municípios, que totalizam acima de 1 milhão e duzentas mil pessoas, segundo dados do IBGE no último censo realizado. Atualmente em construção acelerada, terá o ESTÁDIO DO CAFÉ ainda este ano para comportar acima de 50 mil torcedores. Possui excelente time de futebol e, é o primeiro colocado na tábua de arrecadação no atual Campeonato Estadual.

O COLORADO a cada rodada do Campeonato Estadual está mais ajustado. Possui apreciável patrimônio e, tem em seus cadastros o número fantástico de 70 (setenta) mil associados, evidentemente, que a grande maioria está desmotivada e revolvida por injustiças que tem sido cometidas contra o Clube. A diretoria está procurando arregimentar essa massa surpreendente de torcedores que, motivados com a entrada do Clube no Campeonato Nacional, irá proporcionar grandes, excelentes e inesperadas arrecadações. Possui, o COLORADO, estrutura para muito boa performance no Campeonato maior de Futebol do País.

Como último apelo, Senhor Presidente e Nobres Deputados, sugerimos ao Ministro Ney Braga, que pelo menos determine à CBD o imediato estudo das potencialidades do Paraná, e, terá eles justificativas de sobra para permitirem a participação do Coritiba, Atlético, Grêmio Maringá, Colorado e Londrina no próximo Campeonato Nacional.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a impressão que os funcionários deste Poder não tem mais resitência econômica para subsistir. Desnecessário seria argumentar sobre a desenfreada alta do custo de vida decorrente de centenas de fatores, que, enumerá-los seria impossível, nesta oportunidade. O Governo Federal aceitou a realidade e ofereceu ainda que, apenas, a algumas classes, melhoria substancial de vencimentos. Entretanto, no Paraná, foi concedido melhoria de vencimentos para Magistrados e Ministério Público, ficando outros servidores dos mais diversos setores da atividade da máquina administrativa, sem este benefício. O Governador do Estado, tem anunciado que no próximo ano, promoverá a reclassificação do pessoal do Executivo, medida que atenderá, inclusive, recomendação expressa do Governo Federal, baixado em tal sentido aos Governos Estaduais. Os poderes Judiciário e Legislativo, com quadro de pessoal próprio e integrado por funcionários em número restrito que, estão em condições de iniciar o processo de atualização de vencimentos preconizada pelo Governo Federal.

O Poder Judiciário já tem seus estudos realizados e já encaminhou os mesmos ao Poder Executivo para os fins constitucionais. O Poder Legislativo pela sua primeira Secretaria, segundo estamos informados, já tem estudos preliminares preparados para resolução do problema de seu quadro de funcionários.

Considerando estes fatos, considerando ainda que o funcionalismo desta Casa não tem resitência econômica para aguardar por mais tempo a reclassificação justa e esperada em seus vencimentos, apelo nesta oportunidade à Comissão Executiva deste Poder Legislativo, providências urgentíssimas no sentido de que se dirijam também, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando o envio de Mensagem à Assembléia acompanhada do anteprojeto de lei consubstanciando as conclusões do estudo realizado pela 1ª Secretaria, o qual, tanto quanto está informado.

Senhor Presidente, mais uma vez encareço a necessidade de urgência urgentíssima de V. Exa., como responsável pela direção executiva desta Casa, em busca da reivindicação justa, justíssima mesmo, dos funcionários deste Poder. Deixamos de, nesta oportunidade, tecer maiores considerações sobre a situação econômica que está vivendo, atualmente, o funcionalismo do Poder Legislativo do Estado; primeiro, porque, desnecessário seria usar termos ou palavras para estabelecer tal justificção. É do conhecimento de V. Exa. que a reestruturação dos

vencimentos destes servidores já deveria ter ocorrido há muito tempo.

Esperando as providências urgentes solicitadas e, acreditando no espírito de justiça de V. Exa., reitero-lhe desta tribuna que é do povo, a minha manifestação de apreço e magistralíssima consideração.

Assino, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falar, falar, falar, naturalmente falar a todo o instante, usar desta tribuna quase todos os dias para os presentes, nossos pronunciamentos se tornam cada vez mais prolixos, mais cansativos, e às vezes até enfadonhos.

Entretanto, nós devemos continuar assim procedendo, porque cada vez que falamos, cada vez que usamos desta tribuna, vemos no pulsar de nossa consciência, acima de tudo a manifestação de nosso dever e o cumprimento deste mesmo dever, porque entendemos que é através da palavra que podemos representar o povo em sua aspiração, em sua necessidade, em seu descontentamento por tudo que é errado que ocorre também constantemente principalmente neste país.

(LÉ): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em meu último pronunciamento, paralelamente a assuntos outros debatidos na oportunidade, em apartes, alguns dos ilustres Deputados da bancada governista, nesta Casa, louvaram a atitude da declaração recente do Sr. Ministro de Minas e Energia, com referência aos esclarecimentos de S. Exa. referentes às altas previstas para o petróleo e seus derivados.

A propósito, a "Folha de São Paulo", do dia 17 de maio, em sua página 3, o Sr. Shigeaki Ueki, Ministro de Minas e Energia, entre outras declarações, afirmou: "a forma mais eficiente adotada pelo mundo, para conter o consumo do petróleo, é o aumento dos preços, principalmente o da gasolina". E, justificou o Sr. Ministro a sua declaração com as seguintes palavras: Que fizéssemos hoje uma consulta à população brasileira sobre a adoção de uma das opções, racionar ou aumentar o preço da gasolina.

Claro, afirmou o Sr. Ministro, opção nacional seria pela majoração dos preços dos produtos do petróleo. Afirmou ainda naquela oportunidade o Sr. Ministro, que o aumento de preço do petróleo e seus derivados faz com que o consumo se limite automaticamente, observando ser esse o mecanismo único, portanto magistralíssimo para que não falte gasolina no país.

A nosso ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Ministro de Minas e Energia não se lembrou, ao declarar taxativamente que se consultar a opinião pública brasileira, a opção será pela alta dos produtos dos derivados de petróleo.

Não analisou S. Exa. que o petróleo e seus derivados é ponto vital da economia nacional. Ele faz parte ativa e com muito destaque, na subsistência do povo brasileiro. Comparar a economia do nosso povo, com a economia dos povos desenvolvidos neste planeta é cometer algo muito perigoso, principalmente para os destinos da nossa Nação. A alta constante da gasolina, como tem ocorrido nestes últimos anos, é sem dúvida alguma um dos fatos mais responsáveis pelo empobrecimento do povo brasileiro.

Poderíamos analisar o fato das opções de compra de carros, como um dos sintomas clarividentes daquilo que afirmamos. O brasileiro, embora sabendo que os automóveis da linha Volkswagen não oferecem o conforto que os outros automóveis oferecem, sem exagerar, 70 por cento dos veículos da circulação deste país, são produzidos por esta indústria e outras similares, OS CARROS QUE CONSOMEM MENOS GASOLINA simplesmente por esse fato, se observa que, a Nação vive em constante economia, o povo brasileiro precisa se transportar

para exercer as atividades que lhes garantem o sustento e manutenção de suas obrigações de família, mas o fazem com economia caracterizada, um carro de pequeno porte, vale muito mais e é muito mais fácil a sua venda, depois de um determinado tempo de uso, do que um carro grande que ao sair da fábrica, seu preço é muitas vezes três ou quatro vezes mais.

Não se trata simplesmente de alta de gasolina, trata-se de alta de custo de vida, todas as vezes que esse produto sofre majoração e nessas majorações constantes, a própria dona de casa, já não sabe como proceder para economizar o botijão de gás, não entende ela se deve optar pelos alimentos enlatados ou encontrar uma forma para se adaptar à alimentação não cozida, porque, na realidade a provação está se avolumando à cada dia, começando nos supermercados e terminando no ligar os botões do fogão a gas para a preparação dos alimentos.

Entende o Sr. Ministro de Minas e Energia, que as altas constantes da gasolina e dos demais derivados do petróleo não afetam a economia do povo brasileiro, porque segundo as suas afirmativas, outros países do globo, ao invés de optar pelo racionamento do produto, optaram pelas majorações e os resultados foram de ordem positiva; esqueceu entretanto o Sr. Ueki, que somos uma nação subdesenvolvida, um país pobre, uma Nação que apesar de possuir uma extensão continental, ainda existe muito o que se fazer para instalar o verdadeiro ponto de partida na caminhada do desenvolvimento; muitas e muitas serão as gerações que terão ainda de enfrentar com denodo os problemas que à cada dia que passa, se avoluma cada vez mais. Falamos recentemente sobre os vultuosos empréstimos que o Brasil tem feito de Nações desenvolvidas nestes últimos anos, e mostramos por diversas vezes o perigo que esses empréstimos desenfreados representam para o povo brasileiro, ainda mais, quando verificamos a violenta oscilação de nossa balança econômica, com as subidas vertiginosas do dólar e de outros dinheiros fortes do mundo.

Somente DEUS poderá saber, quando e em que oportunidade o futuro deste Brasil, o seu povo terá condições de subsistirem com dignidade e com capacidade de desenvolvimento.

Hoje somos um país, onde as escolas têm suas portas fechadas para a maioria dos brasileiros, principalmente aquelas de níveis universitários, devido a exorbitância de preços de matrículas e de materiais didáticos. O povo desta Nação são carentes de alimentos e submetidos facilmente às enfermidades por menor que sejam os surtos epidêmicos que ocorram, pior ainda é que o povo brasileiro não tem mais condições de consultar médico e muito menos de comprar remédios. As companhias estrangeiras, as multinacionais da Indústria Farmacêutica, dominaram de forma agigantada a produção e o comércio de medicamentos deste País, e em cada vidro de medicamento vendido, ao povo brasileiro, promovem o avanço de um lucro avassalador, verdadeiro, verdadeiro assalto à economia.

O lavrador brasileiro, o agricultor que produz através do sacrifício de famílias inteiras, no decorrer dos trezentos e sessenta e cinco dias do ano, a riqueza econômica em forma de alimentação para o País, está cada vez mais pobre e mais abandonado, enquanto o Governo entende que está proporcionando a esse trabalhador, de alta grandeza no desenvolvimento da Nação, algum benefício.

Seus filhos destinados a crescerem sem desenvolvimento cultural; enquanto as instituições de créditos ligadas ao Governo, com objetivos de amparar o lavrador, se enriquecem de forma extraordinária de ano para ano, como é o caso do Banco do Brasil, o homem do campo fica cada vez mais pobre. O exemplo está aí, aberto aos olhos de toda a Nação — o êxodo rural que se avoluma a cada dia que passa, a avalanche de famílias que deixam a terra e se aportam nas cidades em busca de emprego, é um sintoma que clarividência o perigo para o futuro

desta Pátria. Se os responsáveis pelos destinos do Brasil não acordarem o mais depressa possível para estabelecer com seriedade a tomada de posições energéticas e de justiça em favor das classes produtoras, poderá este barco que mareja a anos por tempestades violentas, afundar definitivamente.

Não sei qual o autor da fábula, entretanto conta um escritor, que um determinado Rei se exuberava com a fartura existente em seu reino, mesas fartas, celeiros super-abastecidos, claro que tudo isso ocorria através das coletas de dízimos que aumentava de ano para ano; do trabalho de seu povo subtraía as quantias que julgava pertencer à coroa. Entretanto os aumentos em cada ano eram sempre e sempre exorbitantes, ninguém podia reclamar, porque, pelo costume, se determinara que PALAVRA DE REI NÃO VOLTA ATRÁS.

Os anos se passaram, as visitas importantes para o banqueiro costumeiro do Rei iam diminuindo a partir de determinado tempo quando o Rei procurava indagar de seus imediatos o porque do diminutivo das visitas cuja ocorrência fazia caracterizar de forma acentuada, sempre e sempre os seus servos arranjavam desculpas, afirmando fatos que, na realidade, não eram verdadeiros. Assim procediam por temer a ira do Rei.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não demorou muito a chegada do dia final, quando Sua Magestade sentou à Mesa para o jantar, e aguardou, aguardou, e aguardou... e o jantar não apareceu. O Rei indignado, berrou nas alturas de suas forças. Perguntou ao chefe da mordomia: Por que ainda não puseram o meu jantar? Respondeu o perguntado: Vossa Magestade perdôe este humilde servo, mas a triste verdade é que em vosso reino não existe mais alimentos. Diante a tal afirmativa, aumentou a irritação do Rei. Mais do que depressa disse: Ordenai aos coletores do reino que partam imediatamente em busca dos dízimos que, a partir desta data, deverão ser aumentados. Uma triste resposta saiu da boca de seu servo: Não há como buscar mais dízimos, seu povo não mais existe. Todos sucumbiram. Morreram de fome.

As portas da fome, da miséria, da desolação estão aí escancaradas, basta que se ande pelas ruas das cidades deste País, para sentir este retrato desolador; não podem os responsáveis pela vida desta Nação continuar a dormir o perigoso sono latente da triste realidade pela qual está passando o povo. É preciso que o Governo tome uma decisão austera e imediata a fim de que se evite o caos e o desequilíbrio total. Se necessário fôr, que se racione a gasolina, porém, majorar esse principal produto do soerguimento da economia nacional, da forma que se vem fazendo neste últimos tempos, é levar, a passos largos, a nossa gente ao total estado de insolvência; é preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os responsáveis pelos destinos do Brasil, abram as vistas principalmente para o sistema de distribuição de rendas, porque, na realidade, enquanto meia dúzia de ricos estão cada vez mais ricos; a multidão brasileira, está pobre, cada vez mais pobre".

O contrasenso das revisões dos homens responsáveis pelo destino desta Nação, se repetem todos os dias, e se observa principalmente pelos órgãos da imprensa.

Enquanto S. Exa. o Sr. Ministro de Minas e Energia anuncia novo aumento para um dos produtos de maior relevância e importância para a economia deste País, o produto que movimenta o transporte, "O Estado do Paraná" de hoje, em sua primeira página, e com destaque, diz o seguinte: "Cadeia para quem majorar os preços".

E a notícia se observa da seguinte forma: "Os preços do produto horti-granjeiro, em especial a cebola, tomate e batata, serão severamente controlados, pelo Governo.

Segundo decisão tomada, ontem, na reunião do Presidente Geisel com o Ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura; Simonsen, da Fazenda e Reis Velozo, do Planejamento; Simonsen anunciou depois a importação da batata.

Foram três as reuniões do Presidente Geisel com os Mi-

nistros da área econômica quando foram tomadas as primeiras medidas destinadas a contar o custo de vida e reverter o processo inflacionário."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os produtos hortigrangeiros, os produtos da terra, de uma forma geral, não são levados gratuitamente da terra.

Os adubos não são fabricados nos locais do lançamento da semente.

As sementes não são produzidas no local do plantio.

O consumo desses produtos não são efetuados nos locais da produção.

Logo, qualquer criança sem que tenha recebido qualquer orientação ou escolaridade, sabe que este País, sabe que este mundo, sabe, principalmente que, no Brasil, um país de extensão territorial imensa, quase um continente, um país de distâncias das mais imprevisíveis, que o transporte influi, de maneira acentuada, no custo de vida do povo brasileiro.

Então, o cidadão que lançou a semente na terra; que teve que comprar o adubo e outros defensivos, a semente foi transportada, o defensivo foi transportada.

Ele não poderá majorar o preço do produto por ele colhido, porque senão vai para a cadeia, mas ele tem que aceitar a majoração determinada pelo governo sobre o produto principal e que corresponde ao encarecimento da produção, na atividade do seu trabalho.

É uma incoerência administrativa das mais características, em todos os tempos da história deste país.

Nunca, em nenhuma oportunidade, nenhum técnico conseguiu encontrar a fórmula de se cortar o mal pela ponta.

O mal se corta pela raiz.

Acreditamos ainda que o Governo desta Nação há de acordar do tristesono latente que dorme, em referência à realidade nacional e há de entender que se alguém tem que fazer sacrifício para salvar esta Nação, esse alguém tem que ser e deve ser o governo.

É esse sacrifício, em defesa da economia do povo brasileiro, que seja feito principalmente pelos recursos estatais, com o petróleo que jorra nesta Nação, com a produção de minérios no Vale do Rio Doce, com a produção da Cocipa e outros organismos".

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Pediria desculpas mas não posso permitir o aparte, porque devo terminar já, para que o Deputado Muggiati Filho, segundo orador inscrito, faça um pronunciamento importante.

Aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está o meu pronunciamento de hoje.

Se as minhas palavras permanecerem simplesmente nos Anais deste Parlamento, o futuro através de suas gerações, haverá de lê-las um dia. Não é previsão que faço, é percepção que tenho.

Os acontecimentos de hoje, se as medidas não forem tomadas, prevalecerão em ocorrências funestas nas gerações de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fidelcino Tolentino) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente pedimos para registrar o nosso agradecimento ante a fidalguia do ilustre orador que nos antecedeu na tribuna, concedendo-nos parte de seu tempo, para que pudéssemos trazer a esta Casa, despretenciosamente, alguma matéria que entendemos de interesse ao debate político, a que todos nós estamos afetos.

(Lendo) "o País parece descansar da crise política que o envolveu, a qual, seria de se acreditar, deveria resultar no estudo da real situação política brasileira, de tal modo que - Governo e Oposição, ao invés de fugirem à realidade, convergissem para uma avaliação dos mais prementes problemas políticos que atingem o Povo.

Tais problemas, como se pode constatar facilmente, em sua maior parte, existem desde a República de 1889 e a solução dos mesmos fica sempre na dependência de nossa evolução cultural. Mas, governo algum parece demonstrar sinceridade nos seus propósitos de fazer da Pátria brasileira uma nação culta, em que o povo exerça verdadeiramente os destinos do País, governe a si mesmo, pela legitimidade de seus representantes, deixando de ser mero instrumento em mãos daqueles que - mesmo pela vontade do povo, ou com a indiferença do povo ou, ainda, contra a vontade do povo, têm recebido a posse do Poder.

Não se deturpe conscientemente o sentido de liberdade, de responsabilidade, de igualdade, nem se coloque a máscara da legalidade nas afrontas ao Direito e à Lei, para cometer injustiças, se o ideal patriótico for a Democracia.

Em verdade, a auto-crítica não existe: nem por parte do Governo nem por parte da Oposição. Ou quando existe não chega a ser do conhecimento do povo, que permanece alheio e não participa da vida política do Brasil, entendendo-se também, como Política, e principalmente tudo que diga respeito a gerir ou administrar o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas e os costumes de cada país.

Há um quadro que o povo conhece, notadamente às vésperas das eleições: é o que encerra as desafeições, as lutas pessoais e o descricionarismo político, este praticado até entre os mais altos escalões administrativos. A cegueira política, que as paixões partidárias provocam, atingem o Governo e a Oposição: aquele sempre é visto como parcial, arbitrário, protetor de seus correligionários em prejuízo de interesses mais elevados, quando executa os planos governamentais e aciona os mecanismos da administração; a Oposição também não escapa de ser vista pelo prisma da inconsciência, quando vota ou propõe leis que contrariam a vontade dos homens que integram o Governo.

Num regime democrático é comum a alternância no Poder, dos Partidos mais representativos. No Brasil só existem dois partidos, o que não deixa de ser uma ofensa à letra da própria Constituição, pela qual devem existir vários partidos, ou seja, o pluripartidarismo. Na prática, entretanto, uma lei que fere a Constituição não ensina a criação de novos partidos. Nem o Governo, ao que se sabe, pretende cumprir a Constituição, que reza em seu artigo 152, inciso I: "A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos serão regulados em Lei Federal, observados os seguintes princípios:

I - regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem".

E assim como podem se suceder pela vontade do povo os partidos no poder, nas democracias modernas, que aboliram o presidencialismo ou não o adotaram, preferindo o regime parlamentar, verifica-se que, enquanto aquele é uma fonte inesgotável de ditaduras, neste há muito maior participação do povo nos destinos de seu Estado pois os Governos se organizam com a participação da minoria, afinal o interesse da Pátria não é comum? O povo não é um só? Por que então dividi-lo justamente onde é maior o seu interesse e se envolve o

patriotismo? No Brasil, entretanto, nos encontramos ainda em tamanho subdesenvolvimento político que não se admite a formação de um Governo com representantes da Situação e da Oposição, de tal modo que, assumindo responsabilidades relativas, a Oposição pudesse fiscalizar o Governo por dentro e o Governo contasse com a participação atuante e construtiva da mesma, reciprocamente respeitadas as obrigações e os deveres de cada um, suas responsabilidades e atribuições. Essa prática, adotada por vários países de democracia e desenvolvimento cultural avançados é o que mais caracteriza os regimes parlamentaristas. Aqui, houve uma exceção e mesmo sob o presidencialismo, após o Estado Novo, houve um Governo com essas características - o do Mal. Eurico Gaspar Dutra, por sinal, ressaltado pela harmonia administrativa e a paz social reinantes naquele período. Não teria ali prevalecido, porventura, o espírito democrático dos dirigentes partidários, inclusive da Oposição?

Não é de estranhar portanto, que, entre nós, as eleições municipais se constituam, muitas vezes, em lutas apaixonadas, em que os princípios morais deixam de prevalecer, consumidos na efervescência dessas campanhas.

Temos assistido nesta augusta Assembléia, uma Casa quase indefesa como instituição democrática, ao sacrifício do interesse público em favor de pretensões subjacentes de caráter pessoal.

Será possível legislar se o voto ou a atitude de cada um não representa as aspirações coletivas e sim, as afeições ou desafeições de um para com o outro?

A violação do Regimento Interno tem sido praticada como se nada mais restasse ao legislador exceto conformar-se com uma situação de fato em que predomina, em tudo e por tudo, a vontade do homem: subalterna deve ser a lei.

No recente caso da denominada "Emenda dos promotores" a obstrução legal, admissível, uma vez justificada pela inconstitucionalidade da matéria aprovada, seria o não envio do projeto ao plenário ou a simples rejeição da redação final.

Um adiamento expressamente proibido pelo Regimento Interno (Art. 177, § único), subverte todas as garantias de funcionamento deste Legislativo, além de se constituir, também, em ofensa à Carta Estadual, cujo Art. 16 não admite qualquer modificação regimental sem proposta escrita e discussão, pelo menos, em duas sessões.

Não é sem razão que, a propósito dos regimentos das Assembléias Legislativas, que existem em formas as mais variadas, proclama-se: "Que essas fórmulas sejam ou não em todos os casos as mais racionais, isto não é realmente de grande importância. É muito mais importante que haja uma regra que seja observada do que qual seja a própria regra em si; que haja uniformidade nos assuntos não sujeitos aos caprichos do Presidente ou à capacidade dos congressistas. É de suma importância que a ordem, a decência e a regularidade sejam preservadas numa corporação pública digna".

Nada pode justificar a vulneração de um Regimento Interno, e repetição dessa prática fatalmente levará ao desequilíbrio e à auto-destruição.

Falou-se até em soberania do Plenário: "O Plenário é soberano", disse o eminente Líder do Governo.

Não é verdade, salvo se negarmos a existência, pelo menos

no papel, do regime democrático entre nós. Só há soberania, nos regimes democráticos: a do povo.

E a existência dessa soberania significa que todos são iguais perante a lei: o pobre e o rico, o analfabeto e o sábio, a maioria e a minoria.

Temos vivido neste País diante de um desvairo de decretos-leis, decretos e leis impostos ao Legislativo pelas mensagens presidenciais e governamentais aprovadas pela maioria, que muito raramente pode discordar, e que também não revela nenhum interesse em proclamar que só devemos obediência à lei e que não nos devemos sentir obrigados a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da vontade da lei.

O projeto mais recente, como muitos outros já considerado aprovado por antecipação, é o que visa modificar os artigos 118 e 250 e seus parágrafos do Código Eleitoral em vigor (Lei 4737, de 15/7/65), e que, "prima facie", vem confirmar o que se disse acima, ou seja: nada se faz neste País pela cultura política do povo; ao contrário, se faz por negar-lha.

Assim, na reforma do Código Eleitoral, no Paraná, por exemplo, restringe-se a propaganda partidária das eleições municipais pela TV, a 4 municípios: Curitiba, Apucarana, Londrina e Maringá.

Sabido é que as emissoras têm âmbito regional e algumas atingem a todo o Estado, pelas antenas repetidoras, o que torna o projeto também discriminatório em relação aos demais e não menos importantes municípios. E os candidatos estão impedidos de comparecer aos canais de televisão, outro absurdo do projeto, impedindo-se o povo de ouvir as suas idéias, o seu programa, e de ver a sua pessoa, a sua conduta pessoal em público, o seu grau de cultura e responsabilidade, em suma de capacitar-se a melhor avaliação dos candidatos.

E outro erro do projeto, ao modificar a Lei Orgânica dos Partidos, está em estabelecer apenas uma transmissão anual de programas políticos, a cargo dos partidos.

Faça-se a regulamentação adequada aos fins patrióticos a que se destinam, mas amplie-se, e muito mais, a difusão dos programas políticos de instrução democrática, de caráter cultural, como meio de politizar o povo, pois restringi-los, diante do quase nada existente, é ação antipatriótica.

Mas, em conclusão, quando realmente se pensa, neste País, no Povo, como seu dirigente máximo e soberano?").

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fidelcino Tolentino) — Faltam apenas 18 minutos. Consulto o próximo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, se pretende fazer uso da palavra no Grande Expediente?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sim, Sr. Presidente.  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era pensamento nosso, no início desta semana nos fazermos presentes a esta tribuna, para levarmos a esta Casa e ao Paraná o que todos os Srs. Deputados, mais particularmente aqueles Srs. Deputados com domicílio no Interior deste Estado, que vivem, sentem, analisam e tentam achar uma fórmula pela qual seja assistido o pequeno comerciante do interior do Estado. O Sindicato dos Contabilistas do Paraná, em uma reunião realizada, estabeleceram uma tabela mínima de honorários profissionais dos sindicalizados neste Paraná. Fizeram com que, além da valorização profissional, além de valorizar a todos,



indistintamente, fizeram valer a classe esquecida dos contabilistas deste Estado, medida esta, aplaudida por todos os Senhores paranaenses que viam, principalmente que o contabilista não tinha o amparo por parte de seu Sindicato, de conformidade com o trabalho desenvolvido. Apreciávamos de que esta matéria atinente a esses honorários profissionais, fossem elas estipuladas enquadrantes neste Estado. O Comércio e a Indústria da Capital, de regiões circunvizinhas, teria uma tabela profissional dos vencimentos a serem percebidos pelos Srs. contabilistas. No interior do Estado, onde a margem de lucro dos pequenos comerciantes aumenta com a despesa de suas mercadorias, fosse esta mesma tabela desmembrada de uma tabela original e fosse atribuída, aos Srs. contabilistas do interior, uma menor ou um menor valor à sua mão de obra a ser dada aos Srs. comerciantes.

Infelizmente, esse Sindicato baseou-se numa única tabela e o recebimento feito por um Sr. contabilista nesta Capital, é igual ao mesmo contabilista que exerce sua função no interior do Estado.

Recebemos, Srs. Deputados, de comerciantes deste interior, onde temos o nosso domicílio eleitoral, onde também têm seu domicílio eleitoral o ilustre Sr. Deputado David Federmann de minha cidade.

O Sr. Deputado Gabriel Manoel de Jaguariaiva e outros Srs. Deputados de Arapoti e, nos chegam às mãos, telegramas de comerciantes desses rincões do Paraná se individualizando e fazendo reclamos gerais para o comércio e indústria de sua cidade.

Do Sr. José Vani, de Arapoti, nos chega que os comerciantes de Arapoti não concordam com a tabela dos contabilistas.

De Jaguariaiva, nos chega do Sr. Geci Kubski, que os comerciantes de Jaguariaiva não concordam com a tabela do Sindicato dos Contabilistas.

De Castro nos chega, do comerciante Sr. Antonio Cunha, que os comerciantes de Castro não concordam com a tabela dos mesmos contabilistas.

De Pirai do Sul, a cidade da Sra. Mairia Mileo Reidt, que o comércio protesta contra a tabela contabilista; pequeno comércio fecha suas portas, contam com apoio moral e providências dessa Casa de Leis, acessíveis a todos os pequenos comerciantes.

#### (É SOLICITADA A CONCESSÃO DE UM APARTE)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Logo em seguida, permitirei o aparte ao ilustre Sr. Deputado. Nos chegam solicitações de pequenos comerciantes deste Estado, particularmente da cidade de Pirai do Sul, da Sra. Leonira Carvalho Faria, através do Livro Razão, extraído, onde esta Sra. tem um pequeno comércio, comércio esse que vai os seus movimentos, na ordem de cem mil cruzeiros anuais, com uma margem de lucro na base de vinte por cento, conforme demonstrativo em nossas mãos, recebendo esta senhora da sua comercialização anual, vinte mil cruzeiros.

Paga ela dessa renda líquida o aluguel e sua sobrevivência. E agora, com a nova tabela orçando na ordem de vencimento do seu contabilista quatrocentos e cinquenta cruzeiros mensais, quando ela pagava até então cem cruzeiros. Contrato de locação de serviços gerais e contabilidade.

O seu contador, baseando-se nesta tabela, não estipula um contrato assinado em base nos vencimentos auferidos por esta tabela mínima de honorários.

Nós que não poderíamos e não podemos, ficar alheios a isto que está ocorrendo neste Estado, estamos entrando nesta tarde com um requerimento, que após o aparte do ilustre Deputado Gabriel Manoel, iremos dar conhecimento a esta Casa.

Com o aparte o ilustre Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Nobre Deputado, escutamos com carinho a explanação de V. Exa., quando defende o pequeno comerciante que, apesar dos encargos fiscais, luta com o problema de movimento, com o problema de movimentação, com o problema de estoque e com o problema muitas vezes de juros como dissemos de encargos fiscais.

Vem V. Exa. neste instante, tocar num problema muito sério e queremos estar solidários com V. Exa. quando defende esta classe menos favorecida, que é a do pequeno comerciante.

Tem V. Exa. a nossa solidariedade, porque quando se fala em comércio e comerciante, ao arpejo da frase nós vemos comerciantes. Mas, temos que ver aqueles humildes comerciantes que lutam diuturnamente para a sua sobrevivência e que pagam encargos fiscais, juros bancários, para a reposição de mercadorias.

Tem V. Exa., Deputado Zuk, a nossa admiração, porque lutando por esta classe, que tem a classe A, a mais favorecida e a classe menos favorecida por quem V. Exa. luta neste instante

Tivéssemos nós a sorte, gostaríamos de por apenso ao seu requerimento a nossa assinatura.

Saiba, Deputado Zuk, que iniciativas como esta devem ser tomadas nesta Assembléia por elementos combativos, tanto do MDB como da ARENA.

Queira V. Exa. aceitar minha solidariedade e meus parabéns por esta iniciativa pioneira nesta Assembléia. Muito Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Nós é que agradecemos ao ilustre Deputado Gabriel Manoel e iremos dar conhecimento a esta Casa e pedir o aval deste Plenário, para que este expediente a ser enviado à Presidência do Sindicato dos Contabilistas do Paraná seja num sentido construtivo, e, além disso, de encontro aos profissionais e de encontro aos comerciantes deste Estado.

O Sr. Basilio Zanusso — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento)

Deputado Zuk, apenas para fazer um registro, que acho oportuno a esta Casa, principalmente à bancada da Oposição, em atribuir ao governo a culpa do que vai mal no Brasil.

E. V. Exa. aborda da tribuna com conhecimento e tendo sido solicitado por seus eleitores residentes no interior, principalmente dos Contabilistas do Paraná. E acha V. Exa. que convence esta Casa que há necessidade de se pelo menos registrar e para possivelmente conseguir, desse seu pronunciamento uma revisão, uma retomada de posição se fôr o caso daquela Entidade.

Mas veja V. Exa. alguns fatos de importância relevantes, não são abordados por nós. Eu observei ontem e anteontem, que algumas farmácias da cidade, algumas delas até com letrados grandes, anunciando que lá se faz aplicação de injeções. Então, vejamos os preços: aplicação no músculo, seis cruzeiros; aplicação de injeção endovenosa doze cruzeiros. Como é que pode aplicação de uma injeção custar doze cruzeiros? E acho mesmo que uma grande parte dos medicamentos usados e utilizados para as aplicações, não chegam a custar à metade do custo, do que custa uma aplicação.

Daí, eu achar oportuno este registro que V. Exa. me permitiu neste aparte, que eu fizesse, para juntar às palavras de V. Exa. a minha palavra de apoio à sua manifestação, dizendo que os órgãos responsáveis, talvez o Ministério do Trabalho, deve verificar a veracidade do que eu acabo de afirmar a V. Exa. em atendimento aos seus eleitores lá do interior do Paraná, e que nos fazem numa hora muita certa, pedindo ao seu Deputado que dissesse nesta Casa, a necessidade urgente da solução do problema. Era o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fidelcino Tolentino) — A Presidência informa ao nobre orador que restam quatro minutos para encerrar a sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Antes de conceder o aparte ao Deputado Lúcio Machado, queríamos que esta parte referendada pelo Deputado Basílio Zanusso fosse também, em oportunidade futura nesta Casa, participada com um requerimento que, da sua parte, teria o acatamento unânime desta Casa, para que na Secretaria da Saúde e Bem Estar Social deste Estado, houvesse uma melhor fiscalização, houvesse um melhor procedimento, concernente à aplicação de injeções e todas as farmácias não só desta Capital, fato que também ocorre na minha cidade e em outras deste Estado.

Tem o aparte o Deputado Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Apesar de estar V. Exa. no final do tempo concedido pela Mesa, eu gostaria de nesta oportunidade, fazer uma observação que julgo necessária, com referência ao aparte do eminente Deputado Basílio Zanusso.

V. Exa. defende o direito dos comerciantes que estão sendo, segundo observei, injustiçados pela classe de contadores, quando o Sindicato de Contadores do Paraná, que estabelece um preço igual para a Capital e para o interior.

A extorção e assaltos cometidos pelo comércio de medicamentos deste País, principalmente, na venda dos medicamentos, e acima de tudo no fato de aplicações, não corresponde a uma forma de justificativa.

Porque, não é simplesmente o farmacêutico, o comerciante. E V. Exa. tem razão quando vem defender esta classe extraordinária que carrega a economia deste Estado e desta Nação.

Desta feita, o seu requerimento é muito importante, porque ele vem em busca da defesa, do interesse de uma classe laboriosa deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Nós agradecemos a participação do Deputado Lúcio Machado, e ao concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é somente em nome dos nossos eleitores, e em nome dos eleitores do ilustre Deputado David Federmann, do Deputado Gabriel Manoel, do Deputado Enéas Faria, Lúcio Machado e outros que têm seu domicílio eleitoral nesta área do Paraná, mas é em nome de todos os Srs. comerciantes deste Estado, do Oeste, do Litoral e do Sul, é que nós estamos entrando com um requerimento vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se oficie ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná as seguintes considerações para análise por parte daquele órgão:

a) Em deliberação deste Sindicato ficou estabelecida uma tabela mínima de honorários profissionais para o Contabilista do Estado, tabela essa de grande valia e de grande

valorização profissional a essa classe.

- b) Alguns Contabilistas analisando a situação precária de seus clientes, o seu baixo lucro de suas mercadorias, fazem com que a sua assistência nas escritas de determinadas Firmas, fiquem abaixo do previsto da Tabela por entenderem que não há condições do contribuinte comerciante a pagar o estipulado.
- c) Outros Contabilistas que se sentem atingidos por essa medida tomada por seu colega, denunciam e alegam falta de sentido da classe a esse contador.
- d) Queríamos como já é de seus conhecimentos de que em todas as classes já existem profissionais que estipulam os seus honorários abaixo das tabelas oficializadas pelas suas entidades classistas, como por exemplo, os médicos os dentistas, etc.
- e) Aproveitamos para solicitar da parte desse Sindicato a liberação, principalmente ao interior do Paraná dos honorários apontados na Tabela de Vencimentos dos Senhores Contabilistas, pois é grande o número de solicitações de comerciantes e às vezes não atendidos pelos Profissionais devido a existência dessa Tabela.

Conhecendo o bom senso e cuidado da classe feito por esse Sindicato, esperamos serem essas ponderações analisadas por essa representação à bem dos sindicalizados e dos comerciantes e contribuintes deste Estado.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1976”.

Sr. Presidente, ao finalizar, queríamos que saísse desta Casa a participação a este Sindicato de que nós, representantes diretos do povo, tomamos conhecimento deste grave problema que abrange todos os quadrantes do Estado.

Era só, e obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença, neste plenário, de Dona Maria Scalom Tolentino, mãe do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e dos irmãos do mesmo, Romeu Tolentino e José Aparecido Tolentino.

Também a presença do Presidente da Câmara dos Vereadores de Iporã, João C. Marques e Vereador de Ponta Grossa, Sr. Alcy Brageski.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 39/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos de Cruzeiro do Oeste SACRO, com sede na cidade de Cruzeiro do Oeste. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.—Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 43/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 15/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Conselheiro Mairink, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido



município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.—  
Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 45/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 24/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nereu Ramos, Delegacia e Cadeia, e a Unidade Sanitária, na sede do referido município.— Parecer favorável da CCJ.— por unanimidade.— Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução N.º 45/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração, com o Município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Nereu Ramos", a Delegacia e Cadeia e a Unidade Sanitária, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer da Proposição N.º 24/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa Convênio celebrado em 20 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Nereu Ramos", a Delegacia e Cadeia e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando seja dispensada de publicação de redação final o Projeto de Lei 39/76.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 32/76.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de aplauso pela aprovação na Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 1109/75.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sindicato dos Contabilistas do Paraná, referente a assunto dos honorários profissionais para contabilistas do Estado.— Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-

trângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Cultura e Confederação Brasileira de Desportos, formulando apelo no sentido de que seja determinado a inclusão de cinco times de futebol paranaense no próximo Campeonato Nacional.— APROVADO

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando seja restaurado o Projeto de Lei 65/75, tendo em vista que o mesmo foi extraviado.— Deferido.— Ao Departamento Legislativo, para providenciar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, pedido de rejeição ao Projeto de Lei, que impede a candidatos a prefeito e vereadores, exporem suas campanhas pelo rádio e televisão.— Em discussão.— Encerrada a discussão.— Em votação.— APROVADO.

O SR. LÁZARO DUMONT — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Será feita a verificação de votação.

#### (É FEITA A VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO)

20 Senhores Deputados aprovam; 2 Senhores Deputados rejeitam. Não há quorum para votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Questão de Ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Deferido. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados.

#### (É FEITA A CHAMADA DOS SRS. DEPUTADOS)

Responderam à chamada 26 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra ordinária para amanhã, dia 28, sexta-feira, às 10,00 horas, com a

#### ORDEM DO DIA,

anunciada anteriormente.

#### LEVANTA-SE A SESSÃO.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 717/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11098/75, de 03 de novembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

incorporar ao acervo de serviço público do funcionário JANDIR NARDIN, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "22", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro do período da licença especial deixada de gozar, referente ao quinquênio compreendido entre 11 de janeiro de 1971 e 11 de março de 1975, antecipado em razão da incorporação de seis (06) meses relativos ao quinquênio anterior, e de quatro (04) meses relati-

vos as férias não gozadas em 1973 e 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25/11/75.

(PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 2/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9647/76, de 13 de novembro de 1974, deste Poder,

## RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto no Art. 176, Inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária GLACI BELICH STOCCHERO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 13 de novembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º SECRETÁRIO

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 19/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8350/74, de 27 de setembro de 1974, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 20/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7462/74, de 4 de setembro de 1974, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, ocupante do cargo de nível PL"14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 21/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9016/74, de 17 de outubro de 1974, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de 16 de novembro de 1970, em favor de ROQUE DE CRISTO, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 10 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 22/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

Art. 1.º - O Art. terceiro, do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, passa a ter a seguinte redação:

Art. terceiro - Para os fins deste Decreto, consideram-se como no exercício de função de Gabinete os ocupantes dos cargos de Diretor Geral, Diretores de Departamento, Tesoureiros e Advogados, bem como os servidores que se encontrem no efetivo desempenho de assistente técnico.

Art. 2.º - Fica incluída, no Artigo primeiro, do Decreto Legislativo 410/67 de 31 de julho de 1967, a seguinte gratificação de representação:

Advogados. . . . . Cr\$ 1.000,00

Art. 3.º - As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 21 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente

JORGE SATO – 1.º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO N.º 23/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10501/74, de 12 de dezembro de 1974, e Resolução 34/74, de 4 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

Art. 1.º Fica incluído o inciso no Art. quarto, do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, com a seguinte Redação:

“XI - No Gabinete da Diretoria do Departamento Administrativo:

- a) Chefe da Divisão de Protocolo Geral
- b) Chefe da Divisão de Compras
- c) Chefe da Divisão de Almoxarifado
- d) Chefe da Divisão de Patrimônio
- e) Chefe da Divisão de Serviços Gerais
- f) Chefe da Divisão de Expediente
- g) Chefe da Divisão de Documentação

Art. 2.º Ficam incluídos no Art. primeiro do Decreto Legislativo 410/67, de 31 de julho de 1967, as seguintes gratificações de representação:

- a) Chefe da Divisão de Protocolo Geral . . . . . 1.000,00
- b) Chefe da Divisão de Compras . . . . . 1.000,00
- c) Chefe da Divisão de Almoxarifado . . . . . 1.000,00
- d) Chefe da Divisão de Patrimônio . . . . . 1.000,00
- e) Chefe da Divisão de Serv. Gerais . . . . . 1.000,00
- f) Chefe da Divisão de Expediente . . . . . 1.000,00
- g) Chefe da Divisão de Documentação . . . . . 1.000,00

Palácio “Dezenove de Dezembro, em 21 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 24/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10501/74, de 12 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

dispensar a pedido, os seguintes funcionários, dos cargos que ocupam no Departamento Administrativo:

NORMANDO PEDRO CULPI                      Auxiliar de Serv. Gerais  
OSVALDO MARQUES                              Auxiliar de Portaria  
AMADO ZONATO Aux.de Gab. da Dir. do Dep. Adm.

Palácio “Dezenove de Dezembro” 21 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 25/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10501/74, de 12 de dezembro de 1974, e Resolução 34/74, de 4 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

designar os seguintes funcionários para exercer os cargos que especifica, no Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes:

ARMANDO SOICHI IWAIA                      Chefe da Div. de Compras

UMBERTO MORO REDESCHI                      Chefe da S. de Licitação  
NORMANDO P. CULPI                              Chefe da S. C. de Fornecedores  
DUILIO DIAS    Chefe da Div. de Almoxarifado  
RUBENS DAMAS                                      Chefe da s. de Mat. de Consumo  
OSVALDO MARQUES                                  Chefe da S. C. de Mat. Cons.  
AMADO ZONATO    Chefe da Div. de Patrimônio  
EDU LIBERTI     Chefe da S. de Cadastro Patrimonial  
JOSÉ CHECHELISKI                                   Chefe da S. de Conser. e Manutenção

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 26/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10708/74, de 30 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

colocar a disposição da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, o funcionário PAULO CESAR PINHO DUBOC, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízos de seus vencimentos e vantagens até 31 de dezembro de 1975.

Palácio “Dezenove de Dezembro, em 23 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 27/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10563/74, de 16 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica incluído no Art. quarto do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, o inciso XIII, com a seguinte redação:  
“XIII – Taquígrafo”

Art. 2.º - Fica incluída no Art. primeiro do Decreto Legislativo 410/67, de 31 de julho de 1967, a seguinte Gratificação de Representação  
b) Taquígrafo . . . . . 1.000,00

Parágrafo único - A Gratificação a que se refere o Art. segundo é inerente a função de Taquígrafo.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, 23 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 28/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1070/74, de 30 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - O inciso XII, do artigo quarto, do Decreto Legis-

lativo 409/67, de 31 de julho de 1967, passa a ter a seguinte redação:

"XII - no Gabinete da Diretoria do Departamento Legislativo:

- a) Chefe da Divisão
- b) Chefe da Divisão de Redação de Debates e Anais
- c) Chefe da Divisão de Comissões
- d) Chefe da Divisão de Imprensa Legislativa
- e) Chefe da Divisão de Taquigrafia
- f) Chefe da Divisão da Ata, Anais e Publicidade

Art. 2.º Fica incluída no Artigo primeiro do Decreto Legislativo 410/67, de 31 de julho de 1967, a seguinte gratificação de representação:

Chefe da Divisão da Ata, Anais e Publicidade  
..... Cr\$ 1.000,00

Palácio "Dezenove de Dezembro" 27 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 29/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1070/74, de 30 de dezembro de 1974, deste Poder,

#### RESOLVE:

- I— Designar SERGIO ANTONIO SOUTO, para exercer as funções de Chefe da Divisão da Ata, Anais e Publicidade, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, ficando dispensado das funções de Assistente de Plenário;
- II — designar JOÃO ALBERTI ANDRETTA, percebendo as vantagens inerentes, para exercer as funções de Chefe da Secção dos Anais e Publicidade e de Assistente de Plenário, ficando dispensado das funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 27 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 30/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 633/75, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder licença sem vencimentos a FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pelo prazo que durar seu mandato de Deputado Estadual, à Assembléia Legislativa do Paraná.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 31/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

designar PEDRO LIBERTI, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para substituir o Secretário de Comissão FRANCISCO ACCIOLY NETO, enquanto perdurar o seu impedimento, e a partir de primeiro de fevereiro de 1975, nos termos do artigo 71, parágrafo segundo, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 32/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e dos poderes que lhe foram outorgados pelo Artigo terceiro, parágrafo segundo, da Resolução 2/69, de 17 de abril de 1969, deste Poder,

#### DECRETA:

Art. 1.º - O exercício das funções correspondentes aos cargos de DIRETOR GERAL ADJUNTO, da estrutura administrativa do Poder Legislativo, passa a integrar o Decreto Legislativo 573/67, que rege a organização e funcionamento dos serviços da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ficando, de conformidade com o parágrafo segundo, do artigo terceiro, da RESOLUÇÃO 2/69, assim regulamentado:

#### CAPÍTULO I

- II DIRETORIA GERAL ADJUNTA (D.G.A.)
  - a) — Gabinete da Diretoria Geral Adjunta (D.G.A.1)

#### CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DAS DIRETORIAS E CHEFIAS

Art. 4.º - À DIRETORIA GERAL ADJUNTA INCUMBE:

Assessorar e substituir os Diretores em suas ausências, faltas e impedimentos, por determinação do Diretor Geral.

Art. 2.º - O Gabinete da Diretoria Geral Adjunta terá, para os serviços de expediente e de representação, a mesma composição prevista para o Gabinete da Diretoria Geral.

Art. 3.º - Fica à Diretoria Geral Adjunta restabelecida a gratificação prevista no artigo primeiro da Resolução 42/67, de 30 de novembro de 1967.

Art. 4.º - O presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Palácio "Dezenove de Dezembro", 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
JORGE SATO — 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 33/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

buições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 10694, de 23 de dezembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

autorizar BLOI MEZADRI, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de Advogado, de nível PL-26, a participar do concurso de Elaboração de Análise de Projetos, ministrado pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, em Brasília, no período de 17 de fevereiro a 31 de julho de 1975, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 34/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 634/75, de 28 de janeiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - O Artigo terceiro, do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, passa a ter a seguinte redação: "Art. terceiro - Para os fins deste Decreto, consideram-se como no exercício de função de Gabinete os ocupantes dos cargos de Diretor Geral, Diretores de Departamento, Tesoureiro, Advogados e Auxiliares Técnicos, bem como os servidores que se encontrem no efetivo desempenho de Assistente Técnico.

Art. 2.º - Fica incluída, no artigo primeiro, do Decreto Legislativo 410/67, de 31 de julho de 1967, a seguinte redação: Auxiliares Técnicos ..... Cr\$ 1.000,00

Art. 3.º - As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 35/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 573/75, de 24 de janeiro de 1975, deste Poder,

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - O Artigo terceiro, do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1967, passa a ter a seguinte redação: "Art. terceiro - Para os fins deste Decreto, consideram-se como no exercício da função de Gabinete os ocupantes dos cargos de Diretor Geral, Diretores de Departamento, Tesoureiro, Advogados e Técnicos de Administração, bem como os servidores que se encontrem no efetivo desempenho de Assistente Técnico.

Art. 2.º - Fica incluída, no Art. primeiro, do Decreto Legislativo 410/67 de 31 de julho de 1967, a seguinte gratificação de representação: Técnicos de Administração ..... Cr\$ 1.000,00

Art. 3.º - As despesas com a execução deste Decreto, correrão

à conta da dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 36/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - O Artigo terceiro, do Decreto Legislativo 409/67, de 31 de julho de 1975, passa a ter a seguinte redação: "Art. terceiro - Para os fins deste Decreto, consideram-se como no exercício de função de Gabinete os ocupantes dos cargos de Diretor Geral, Diretores de Departamento, Tesoureiro, Advogados, Economistas e Contadores, bem como os servidores que se encontrem no efetivo desempenho de Assistente Técnico.

Art. 2.º - Fica incluída, no artigo primeiro, do Decreto Legislativo 410/67, de 31 de julho de 1967, a seguinte gratificação de representação: Economistas ..... Cr\$ 1.000,00  
CONTADORES ..... Cr\$ 1.000,00

Art. 3.º - As despesas com a execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 37/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 557/75, deste Poder,

**R E S O L V E:**

atribuir a gratificação de Representação de Advogado, fixada em Cr\$ 1.000,00, de acordo com o artigo segundo, do Decreto Legislativo n. 22/75, ao funcionário DARCI ANTONIO BUDEL do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 38/75**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9998/74, de 27 de novembro de 1974, deste Poder,

**R E S O L V E:**

revogar na parte que se refere a MARY LEON PETIT, ora à disposição deste Poder, os Decretos Legislativos números 32/69 e 65/73, respectivamente de 07 de fevereiro de 1969 e 02 de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975.

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 39/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9033/74, de 17 de outubro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 ao acervo de serviço público de JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (01) um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 25 de janeiro de 1963 e 25 de maio de 1972, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1967, 1968, 1970 e 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 40/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9713/74, de 19 de novembro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a NEVINHA PLAZZA CARDOSO, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento a partir de 07 de novembro de 1974, data em que completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto no Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975.

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 41/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8781/74, de 09 de outubro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

I MANDAR CONTAR, para todos os efeitos legais, nos termos do inciso I, do Art. 129, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALCEU WALTER NIEDZWIDZ, ocupante do cargo de nível PL 20, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secre-

taria desta Assembléia, o tempo de oito meses e vinte e cinco dias, compreendido entre 12 de maio de 1955 e 07 de fevereiro de 1956, em que prestou serviços à Secretaria de Viação e Obras Públicas;

II mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 11 de janeiro de 1965 e 11 de novembro de 1969, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro;

III mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mencionada Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 11 de novembro de 1969 e 11 de março de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1972, contadas em dobro; e,

IV conceder acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referido Lei, a partir porém, de 09 de outubro de 1969, tendo em vista a prescrição quinquenal de que trata o Art. 178, § 10, inciso VI, do Código Civil Brasileiro, perfazendo um total de dez por cento; e,

V – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, com fundamento no mesmo dispositivo legal, a partir de 12 de março de 1974, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975.

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 42/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9224/74, de 24 de outubro de 1974, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar retificar o nome de CELLY EUCLEIA GALLIANO ANDRADE, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para CELI EUCLEA GALLIANO, de acordo com sentença judicial. –

Palácio "Dezenove de Dezembro, em 31 de janeiro de 1975.

JOÃO MANSUR – Presidente  
JORGE SATO – 1.º Secretário  
JOSÉ MUGGIATI FILHO – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 43/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado



sob o n. 928/74, de 19 de Fevereiro de 1974, deste Poder,  
**R E S O L V E:**  
 autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária IRACY DA SILVA RUDNIK, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço de seus vencimentos a partir de 01 de julho de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
 JORGE SATO — 1.º Secretário  
 JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 44/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 88/47, de 10 de outubro de 1974, deste Poder,  
**R E S O L V E:**

- I mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 10 de fevereiro de 1965 e igual data de 1970; e,
- II conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma lei, a partir de 10 de fevereiro de 1974, data em que completou dez anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975.

JOÃO MANSUR — Presidente  
 JORGE SATO — 1.º Secretário  
 JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 45/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8738/74, de 07 de outubro de 1974, deste Poder,  
**R E S O L V E:**  
 autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário JUAREZ TIBILETTI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de janeiro de 1975.—

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
 JORGE SATO — 1.º Secretário  
 JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário  
 DECRETO LEGISLATIVO N.º 46/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 9479/74, de 6 de fevereiro de 1974, deste Poder,  
**R E S O L V E:**

- I mandar incorporar, pra todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ETHEL DE PINHO NEVES, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 07 de novembro de 1960 e igual data de 1970; e,
- II conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma lei, a partir de 7 de novembro de 1974, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio, completou vinte e cinco anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de janeiro de 1975

JOÃO MANSUR — Presidente  
 JORGE SATO — 1.º Secretário  
 JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 47/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

exonerar a pedido, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupantes dos cargos de provimento em Comissão, abaixo especificados:

EROS RUPPEL ABDALA . . . . . Diretor Geral  
 ALBERTO CARAZZAI NETO . . . . . Diretor do Departamento Legislativo  
 RONALDO BAPTISTA . . . . . Diretor do Departamento de Finanças Contabilidade e Pessoal  
 CLOVIS STADLER DE SOUZA . . . . . Diretor do Departamento Administrativo  
 JOSÉ JOAQUIM . . . . . Diretor do Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
 Presidente  
 AGUINALDO PEREIRA LIMA  
 1.º Secretário  
 MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 48/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

exonerar a pedido, IVO GUSSO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe

de Gabinete da Presidência, a partir de 03 de fevereiro de 1975.  
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de fevereiro de 1975.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 49/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

dispensar a pedido, RUBENS PADILHA MENDES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do Cargo de Chefe da Divisão de Assistência Técnica Administrativa.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de fevereiro de 1975

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 50/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

dispensar a pedido, ENIO SANTANGELO MALHEIROS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Assessor de Gabinete da Segunda Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de fevereiro de 1975

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 51/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

dispensar a pedido, AIMORÉ DA ROCHA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do Cargo de Provimento em Comissão, de Contador Geral.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 52/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-**

**LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

dispensar a pedido, DORIZON SALGADO BUENO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Diretor do Gabinete de Assistência Técnica.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 53/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

dispensar a pedido, ANTONIO MARTINS ANIBELLI, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe da Divisão das Comissões.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 54/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

revogar o Decreto Legislativo 204/73, que designou o funcionário JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da segunda Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975.

**PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO**

Presidente

**AGUINALDO PEREIRA LIMA**

1.º Secretário

**MAURÍCIO ROSLINDO FRUET**

2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 55/75**

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

nomear para os cargos em Comissão, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, abaixo especificados, recebendo as vantagens inerentes ao cargo:

**JOSÉ MARIA NAZARDINI DE CAMARGO**

Diretor Geral

**AIMORÉ OD ROCHA**

Diretor do Dep. de Finanças, Contabilidade e Pessoal

**ALBERTO CARAZZAI NETO**

Diretor do Departamento Legislativo

JOSÉ JOAQUIM . . . . . Diretor do Departamento  
de Divulgação e Relações Públicas

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 56/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

designar, RUBENS PADILHA MENDES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para o Cargo de Diretor do Gabinete de Assistência Técnica, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 57/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

designar, ENIO SANTANGELO MALHEIROS, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o Cargo de Chefe da Divisão das Comissões, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de fevereiro de 1975  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 58/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 843/75, de 4 de fevereiro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

nomear PAULO AFFONSO DE CAMARGO FILHO, para o cargo de provimento em Comissão, de Chefe de Gabinete da Presidência desta Assembléia Legislativa, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 3 de fevereiro de 1975, e;

autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, de acordo com o disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 3 de fevereiro do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de fevereiro de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 59/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

dispensar a pedido, ALCEU IVO COSTACURTA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe do Serviço Odontológico, a partir de 21 de fevereiro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de fevereiro de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 60/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

exonerar a pedido, os seguintes funcionários, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dos cargos em Comissão que especifica:

LUCIANO LACERDA FILHO. . . . . Tesoureiro Geral  
WILIANS R. ROMANZINI. . . . . Tesoureiro Auxiliar  
LUIZ RUPPEL BITTENCOURT . . . . . Tesoureiro Auxiliar

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de fevereiro de 1975  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET  
2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 61/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

dispensar a pedido, os seguintes funcionários, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções que especifica:

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI. . . . . Chefe da Sessão  
de Contabilidade Geral  
LUIZ ANTÔNIO CARON. . . . . Auxiliar de Gabinete  
da Liderança do Governo

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de fevereiro de 1975  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – PRESIDENTE

AGUINALDO PEREIRA LIMA  
1.º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

# RESOLUÇÃO Nº 34/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Mariana, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Hengracia Zanquetta, Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou, e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Engracia Zanquetta e o Grupo Escolar Carmela Dutra e a Delegacia de Polícia, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

# RESOLUÇÃO Nº 33/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Quatro Barras, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Antonio Thomaz Bittencourt e o Grupo Escolar da Borda do Campo, no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

# RESOLUÇÃO Nº 32/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, apro-

vou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Prudentópolis, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Normal José Durski, o Grupo Escolar Barão de Capanema, o Ginásio Estadual Alberto de Carvalho e a Unidade Sanitária, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

# RESOLUÇÃO Nº 31/76

DATA: 17 de Maio de 1976

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Porto Rico, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Porto Rico, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Interventor Manoel Ribas, o Grupo Escolar Duque de Caxias e o Grupo Escolar Osvaldo Cruz, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

# RESOLUÇÃO Nº 30/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração com o Município de Porecatu, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 29/76.

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Paraíso do Norte, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "Oscar Joseph de Plácido e Silva", - na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 18 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Oscar Joseph de Plácido e Silva, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 28/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Inajá objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido Município

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Inajá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 27/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Goioerê, objetivando execução

de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 16 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Goioerê, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 26/76

DATA: 17 de Maio de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Formosa do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Formosa do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar José Anchieta, a Escola Isolada Estadual Visconde de Mauá, a Casa Escolar John Kennedy, a Escola Isolada Santos Dumont, o Grupo Escolar Irene Rickler, o Grupo Escolar Wadia Curi, o Grupo Escolar Getúlio Vargas, a Escola Isolada Machado de Assis e a Escola Isolada Júlia Walderley, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/05/76.  
PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO  
Presidente

#### PORTARIAS:

#### PORTARIA Nº 276/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4186, de 13 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

IVETE HENEQUEM DRANKA	— Mat. 155 - OSG PL "18"
NADIR DE OLIVEIRA SANTOS	— Mat. 540 - OSG PL "20"
MARIA DE LURDES SANTOS	— Mat. 561 - AL PL "17"
ANDRELINA CORREIA ALVES	— Mat. 191 - ESC PL "15"
JUVENAL JAVORSKI	— Mat. 568 - OSG PL "23"
JAIR DELAGASSA	— Mat. 075 - OL PL "18"

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 268/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4386, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar CLAUDIO SCHMIDT DA SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 269/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4386, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar MARILENA ANNIBELLI VELLOZO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 270/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4386, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar, CARMEN CILENE CASAGRANDE ROQUEJAN, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado ALFREDO GULIN, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 271/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4386, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar, OLEGÁRIO SALDANHA DE ARAÚJO FILHO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 272/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3041, de 22 de abril de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE, matrícula 418, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretatia, a partir de 01 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 273/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3870, de 11 de maio de 1976, deste Poder,

**RESOLVE:**

autorizar, MARIA ALICE WOLFF PAULUK, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta (50) por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

**PORTARIA Nº 274/76**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-



BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4062, de 18 de maio de 1976, deste Poder,

# RESOLVE:

conceder, a AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula 193, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença, para acompanhar o tratamento de saúde, de pessoa de sua família, a partir de 18 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

## PORTARIA Nº 275/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4208, de 19 de maio de 1976, deste Poder,

# RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ARLETE BELMONT ZEBALLOS — Mat. 235 - OA PL "23"  
 FLODOALDO TRINDADE — Mat. 091 - Médico  
 IVO GUSSO — Mat. 264 - SC  
 JOAQUIM VIEIRA DA SILVA — Mat. 524 - OSG PL "23"  
 RENATO EUGENIO REBELLO  
 SCHAITZA — Mat. 600 - SC  
 TEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES — Mat. 089 - AT PL '28'

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de maio de 1976.  
**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**  
 Diretor Geral

## ATAS DA COMISSÃO DE FINANÇAS:

### COMISSÃO DE FINANÇAS 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, e contando com a presença dos Srs. Deputados Muggiati Filho, Gabriel Manoel, Benedito Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, e Gilberto Carvalho. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram apreciados os seguinte Projetos: PROJETO DE LEI 174/75 — de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo custear cinquenta (50) por cento do valor das matrículas e anuidades em universidades existentes no Estado, a funcionários públicos estaduais conforme específica, e dá outras providências. PROJETO DE LEI 143/75 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 89/75, que com vistas ao Novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos serviços da Jus-

tiça do Estado. Em discussão o referido Projeto, foram apresentadas sugestões pelos Srs Deputados presentes, a fim de que o Sr. Deputado Relator da matéria apresentasse seu parecer. Em seguida foi suspensa a sessão, tendo sido marcada outra para o dia seguinte às nove horas. Em prosseguimento a reunião anterior foi apreciado o projeto, com parecer FAVORÁVEL, apresentadas duas Emendas e contrário as Emendas da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu Terezinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será pelo Sr. Presidente e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
 Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

### COMISSÃO DE FINANÇAS 8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com a presença dos Srs. Deputados Muggiati Filho, Aragão de Mattos Leão, João Cioni Netto. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte Projeto: PROJETO DE LEI 185/75 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 147/75 — encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a transferência do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, para a União Federal. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável - aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais.

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
 Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

### COMISSÃO DE FINANÇAS 8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA INSTALAÇÃO

Aos quinze (15) dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis (1976), na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental Art. 40, pelo Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado e contando com número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos aos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e Benedito Lúcio Machado, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Quielse C. da Silva, agradece seus nobres pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, prometendo tudo fazer para que a mesma funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indica a funcionária Teresinha Barbosa de Moura e Claro, para exercer a função de Secretária da mesma. Ficou estabelecido também que as reuniões serão realizadas as terças-feiras. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Pre-

sidente, pelos membros e por mim, Secretária-----

**QUIELSE CRISÓSTOMO** — Presidente  
**LÚCIO MACHADO** — Vice-Presidente  
 Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, às treze e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo e contando com a presença dos Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Gilberto Carvalho, Muggiati Filho e Luiz Carlos Zuk. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do dia, quando foram relatados os seguintes Projetos: PROJETO DE LEI 72/75 — de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas e Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Capitão Leônidas Marques à Cidade de Cascavel. Parecer favorável - APROVADO. PROJETO DE LEI 104/75 — de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, que dispõe sobre a privatividade dos Despachantes na mediação das relações entre contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável - APROVADO. PROJETO DE LEI 133/75 — de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Evangelista de Macedo, que dá nova redação ao parágrafo segundo do art. 24, da Lei 6364, de 29 de dezembro de 1972 (ICM). Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário, APROVADO. PROJETO DE LEI 140/75 — de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, que dá nova redação ao Art. 54 da Lei Complementar número 2, 18.06.73 (Lei Orgânica dos Municípios). Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável - APROVADO. PROJETO DE LEI 162/75 — de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Estadual, em caráter prioritário, retificação e pavimentação da estrada Céu Azul, Vera Cruz, Diamante do Oeste e Santa Helena. Relator Dep. Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelos Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais . . . . .

**QUIELSE CRISÓSTOMO** — Presidente  
 Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo e contando com a presença dos Srs. Deputados Benedito Lúcio Machado, Gilberto Carvalho, Muggiati Filho e Luiz Carlos Zuk. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 143/74 — de autoria do Sr. Deputado Aryzone Mendes de Araújo, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Céu Azul, o Distrito Administrativo de Ramilândia. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário, APROVADO. PROJETO DE LEI 195/68 — de autoria do Sr. Deputado

Roberto Galvani, que cria no Município de Formosa do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de Carajá, com sede e divisas que especifica. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer no sentido de que o mesmo retorne à Comissão de Constituição e Justiça, para novo exame. PROJETO DE LEI 170/75 — de autoria do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, digo, de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos — Sociedade Beneficente", com sede na cidade de Maringá. Relator Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, parecer favorável, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais . . . . .

**QUIELSE CRISÓSTOMO** — Presidente  
 Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Muggiati Filho, Luiz Carlos Zuk, Accioly Neto e João Cioni Neto. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes Projetos: PROJETO DE LEI 102/75 — de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo uma Fundação Educacional, com sede no Município de Santo Antonio da Platina, finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação. Relator Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 155/75 — de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga o Município de Cascavel a Formosa do Oeste. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, APROVADO. — Voto contrário ao parecer do Sr. Deputado Muggiati Filho, e Luiz Carlos Zuk. PROJETO DE LEI 23/76 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 42/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais . . . . .

**QUIELSE CRISÓSTOMO** — Presidente  
 Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo e contando com a presença dos Srs. Deputados Gabriel Manoel, Accioly Neto, Muggiati Filho e Edilson Alencar. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 03/76 — de autoria

do Poder Executivo — Mensagem 21/76 — encaminhando anteprojeto de lei, objetivando acrescentar ao artigo Primeiro, da Lei 6593, de 15 de agosto de 1974, o inciso IV, com redação que especifica. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 06/76 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 26/76 — encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a incorporação das gratificações de que tratam os itens II e III, do Art. 172, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, aos proventos dos servidores do Estado, em futuras aposentadorias. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável ao projeto e substitutivo geral. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu, Teresinha B. de Moura e Claro, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais. . . . .

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS  
8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo e contando com a presença dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Benedito Lúcio Machado e Muggiati Filho. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 07/76 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 27/76 — encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos, da Lei Complementar número 3, de 14/05/74 — que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável APROVADO. PROJETO DE LEI 30/76 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 43/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar a partir de 01/03/76 novos vencimentos mensais aos Membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais. . . . .

QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS  
8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo e contando com a presença dos seguintes Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Muggiati Filho, Gabriel Manoel, Cioni Netto e Accioly Filho. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 117/74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 45/74 — encaminhando anteprojeto de lei que objeti-

va doar ao Município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na referida cidade conforme específica. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, - APROVADO. PROJETO DE LEI 169/74 — de autoria do Sr. Deputado João Mansur, que cria o Município de Pitanga, o Distrito Administrativo de Poema, com sede e divisas que especifica. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, Parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 153/75 — de autoria do Sr. Deputado Fidecino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas e Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho da estrada Guaraniaçu - Altamira. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer contrário. APROVADO. O Sr. Deputado Muggiati Filho votou pela aprovação. PROJETO DE LEI 16/76 — de autoria do Sr. deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo efetivar os atuais servidores contratados que contem com cinco ou mais anos de serviços prestados ao Estado, e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer contrário. APROVADO. Voto favorável do Sr. Deputado Muggiati Filho. PROJETO DE LEI 18/76 — de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, que revoga o Art. 25 da Lei 4766, de 16 de novembro de 1963. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 22/76 — de autoria do Poder Executivo — mensagem 24/76, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao anexo II, da Lei 6119, de 19/06/70, que dispõe sobre o Quadro Próprio do Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável ao Projeto e Emenda Substitutiva. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, e para constar eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Secretária, para que produza os efeitos legais. . . . .

QUIELSE CRISOSTOMO — Presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS  
8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, e contando com a presença dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Gabriel Manoel, Benedito Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Accioly Neto e João Cioni Netto. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 07/76 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 27/76, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos da Lei Complementar Número 3, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado, Relator Sr. Deputado Gabriel Manoel, parecer à Emenda do Plenário, favorável, APROVADA. PROJETO DE LEI 43/76 — de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, que autoriza o Poder Executivo permutar área de terras em Umuarama. Relator Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 107/75 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 48/75, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório que visa estabelecer por Decreto, o percentual das taxas de Segurança Pública e de Saúde Pública, que constituem receitas dos fundos de reequipamentos que especifica. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que apresentou uma Emenda Substitutiva, aprovado o Projeto e Emenda. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata,

que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim secretariada, para que produza os efeitos legais.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — presidente  
Teresinha B. de Moura e Claro — secretária

2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO DA "COMISSÃO DE ORÇAMENTO"

Aos quinze dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e seis, às dezessete horas, na Sala de Reunião das Comissões, instalou-se a Comissão de Orçamento. Verificada a existência de quorum os trabalhos foram abertos pelo Deputado Jorge Sato, de acordo com o que estabelece o Artigo 40, do Regimento Interno. Feita a chamada, constatou-se a presença dos seguintes Senhores Deputados: Egon Pudell, Antonio Facci, Valter Pietrângelo e Trajano Bastos de Oliveira. Em seguida o Deputado Jorge Sato falou da necessidade de se processarem as eleições para a presidência e Vice-Presidência da referida Comissão, deixando assim a palavra livre. Após diversos debates entre os presentes foram indicados e aclamados por unanimidade os nomes dos Deputados Jorge Sato e Domício Scaramella, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Orçamento. Retomando a palavra, o Deputado Jorge Sato agradeceu a confiança de seus pares, dizendo de suas intenções de bem desempenhar a função que lhe foi concedida. A seguir, indicou o nome da funcionária deste Poder, Elcy Silva Batista, para desempenhar as funções de Secretária da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes e por mim Secretária.

Sala das Reuniões, em 15 de março de 1976.

(aa) JORGE SATO — Presidente

Elcy Silva Batista — secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis (16) dias do mês de março de 1976, mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se os Membros componentes da Comissão de Saúde Pública, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Procedida na forma regimental, do artigo 40, pelo Senhor Ernesto Dal'Oglio, e contando com número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos aos Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão e Ernesto Dal'Oglio, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora reeleito o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão, agradeceu aos seus nobres pares pela deferência em continuar presidindo a Comissão de Saúde Pública, prometendo tudo fazer para que a mesma desenvolva as suas atribuições dentro dos princípios do Regimento Interno desta Casa de Leis. Ficando estabelecido que as reuniões serão condicionadas a existência da Matéria da sua competência, convidando a seguir o funcionário Alceu Alves Passos, para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar da pauta dos trabalhos, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, para constar eu, Alceu Alves Passos, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai por mim, pelo Presidente e demais membros presentes, assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Reuniões, em 16 de março de 1976.

(aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Presidente  
Alceu Alves Passos — secretário